



1 **ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA Nº 326/2024 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS**
2 **DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.** Realizada na modalidade presencial,
3 no dia 11 de junho de 2024, às 9h, no Auditório do Centro Administrativo da Prefeitura
4 Municipal de Lagoa Santa, situado à Rua Acadêmico Nilo Figueiredo, nº 2.500, Santos
5 Dumont, Lagoa Santa/MG, com a participação das representantes da Secretaria
6 Executiva, Sra. Aline de Souza Neri, Sra. Claudia Ursini, Sra. Lorena Rodrigues
7 Vasconcelos de Paula e os demais participantes relacionados a seguir: **Representantes**
8 **do Governo:** 1. Marcela Viana – Diretoria de Desenvolvimento Social 2. Vanessa Corrêa
9 Borges – Secretaria Municipal de Educação; 3. Virlane Sofia Salomão Faria – Diretoria de
10 Esporte e Lazer; 4. Erica de Almeida Senra – Conselheira Tutelar; 5. Glêmia Ferreira da
11 Silva – Secretaria Municipal de Saúde. **Representantes da Sociedade Civil:** 1. Natália
12 Gomes – Projeto Educacional Ninho; 2. Janice Salomão de Andrade – Conviver; 3. Marília
13 Daibert de Freitas – Casa do Saber; 4. Thauanny Priscila Ribeiro – Instituto Resgate; 5.
14 Elaine Alves Butilheiro – APAE; 6. Maria Teresa Curátola – GEAA. **Convidados:** 1.
15 Márcia Miliane – CAPS II; 2. Charles Ribeiro – Instituto Resgate **PAUTAS:** 1. Processo
16 eleitoral para composição do Conselho biênio 2024-2026; 2. Reativação das Comissões;
17 3. Fluxo de atendimento à Criança e adolescente. **Informes Gerais:** 1. Eleição do
18 Conselho Tutelar; 2. 2. Reativação do Conselho sobre Drogas; 3. 3. Retorno Sr.
19 Maxwell do diagnóstico feito junto a Secretaria de Educação sobre a identificação de
20 potenciais pacientes. **Desenvolvimento: Pauta 1 e 2:** A Sra. Marcela iniciou a reunião
21 cumprimentando a todos e deu introdução à eleição para a composição do Conselho no
22 biênio 2024/2026. Em seguida a Sociedade Civil iniciou debate para indicação de
23 presidência do Conselho, sendo firmada a Elaine Alves como 1ª Secretária e Marília
24 Deibert como Presidente. Concomitantemente, elegeu-se como representações da
25 Sociedade Civil as entidades Ninho, Resgate, Casa do Saber, GEAA, APAE e Conviver. A
26 eleição de vice-presidente e 2º Secretário será feita após a posse dos conselheiros
27 representantes governamentais. **Pauta 3:** A Sra. Marcela disse que o pastor Charles, no
28 enterro do menino J. G., explanou que os conselheiros deveriam ser mais presentes na
29 causa da criança e adolescente, ainda a Sra. Marcela questionou até quando os
30 conselheiros ainda irão atuar da mesma forma e quando as entidades terão mais pessoas
31 que atendam e possuam mais responsabilidade na causa das crianças e adolescentes.
32 Questionou sobre o tipo de proteção o município faz às crianças e adolescentes, se
33 realmente está comprometido. Adicionou que se deve construir um fluxo com as reuniões
34 de rede de proteção, recompor os integrantes e repensar na reestruturação da rede e
35 passar a realizar as reuniões para repassar as diretrizes e fluxos necessários, a qual já



CMDCA LAGOA SANTA

36 possui um fluxo estabelecido, mas há a espera das Secretarias compactuarem para ser
37 divulgado, convidou a todos para a próxima reunião de rede dia 24/07/2024, justamente
38 para abordar este fluxo. O defensor público confirmou sua presença nesta reunião e
39 afirmou que irá fazer uma audiência pública com o Conselho de Belo Horizonte. A Sra.
40 Marcela continuou ao assegurar que este é o conselho do município que está mais
41 atuante, que mais desenvolveu e se compromete, mas ainda necessita de aumentar o
42 foco de suas atribuições. A Sra. Marília questionou sobre como poderia ser esse
43 aprimoramento, o que seria possível as instituições realizarem para tal. Em resposta, a
44 Sra. Marcela disse que há vários pontos, mas citou como exemplo as comissões que não
45 se reúnem com frequência, sobre as mensagens enviadas aos grupos de comunicações
46 que não são respondidas. Em sequência a Sra. Janice abordou que o Conselho Municipal
47 dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA é um órgão deliberativo e propositivo,
48 precisando caminhar na política de proteção, sendo também fiscalizador do fluxo de
49 proteção e contestou como que o conselho pôde falhar criando uma fenda que fez com
50 que uma criança tão desprotegida a ponto de vir a óbito. A Sra. Elaine acrescentou que
51 um item básico a ser realizado é a maior atuação das comissões. A Sra Marcela se
52 demonstrou indignada com a fala de um Servidor Público durante uma reunião da rede de
53 proteção que caracterizou a mesma como “rede de esgoto”, sendo contrária a isso com
54 base em seu tempo e experiência na área, disse que o mesmo não faz parte das reuniões
55 da rede e não cumpre seu papel. A Sra. Elaine complementou que a promotoria sempre
56 foi omissa. O pastor Charles expressou que sabe do trabalho, da competência e
57 responsabilidade de todos, que o caso J.G. foi culpa de todos, até mesmo em relação à
58 sua entidade, porque não foi um acaso, tratou-se de um processo longo e dolorido que a
59 criança passou. A Sra. Virilaine proferiu que esse caso foi uma dor para todos, e que a
60 Diretoria de Esporte, enquanto de sua responsabilidade, assim como todos, também
61 deve-se repensar e fazer uma autoavaliação de como é realizado o acesso à população,
62 onde cada instituição privada ou pública se acomoda com seu público e território
63 específico, mas indaga do que poderia ser feito a mais do realizado. A Sra. Maria Teresa
64 afirmou que a rede é muito importante e que a procura da população ao GEAA é grande e
65 todos os casos mais significativos são encaminhados para a rede, queixa que ao fazer
66 encaminhamento é mal recebida ou não há retorno. A Sra. Marcela acrescentou a
67 importância de formalizar os procedimentos e o GEAA enquanto entidade deve realmente
68 provocar a Gestão, afirmou que o Centro de Referência de Assistência Social III – CRAS
69 III, irá determinar quem ficará responsável pelo Serviço de Convivência, e que deveria ser
70 uma relação mais próxima. A Sra. Marília disse que é comum o CRAS marcar reunião e



CMDCA LAGOA SANTA

71 não dar resposta, trocam freqüentemente de colaboradores e que os casos não passam
72 do processo de reunião, afirma também que serviços de tipificação tem de ser mais
73 próximos desses equipamentos. A Sra. Virlane sobressai que não há impedimento da
74 instituição cobrar do equipamento, que a recíproca é igual para ambos os envolvidos.
75 Exemplificou que encaminhou para o Conselho Tutelar inscrições para oficina de futebol e
76 não recebeu retorno, mas questionou que sua diretoria não deveria ter acabado seu
77 trabalho ali, também poderia ter feito algo a mais, como insistir e cobrar mais. A Sra.
78 Marília continuou a afirmar sobre a problemática das instituições não serem próximas do
79 CRAS, os quais justificam terem poucas pessoas, onde tem várias problemáticas que
80 influenciam a rede e tem de fortalecer essa relação. E continuou com a atuação das
81 comissões, de serem mais ativas, afirmou que a comissão que faz parte, a Comissão de
82 Registro e Apoio às Entidades é eficiente. A Sra. Marcela reflete que tem que entender o
83 poder do próximo também na rede de proteção. **Pauta 4:** A Sra. Aline leu a alteração da
84 ata da última plenária deste conselho 325/2024, e ainda, todos os documentos que devem
85 constar no momento da inscrição no Edital FIA – Itaú. A entidade GEAA desenvolveu o
86 projeto, mas qualquer outra entidade pode realizá-lo, sendo uma escolha do próprio
87 conselho. A Sra. Janice se prontificou a auxiliar todo o processo e a documentação.
88 **Pauta 5:** A Sra. Marcela leu email com descrição de um caso encaminhado pela vigilância
89 sanitária sobre uma entidade que atende crianças, similar a uma creche, estar
90 funcionando irregularmente. A Sra. Érica comunicou que o Conselho Tutelar chegou a
91 visitar o local, mas não foram recebidos, comunicaram à Secretaria de Educação e ao
92 Estado. Adicionou que a entidade muda frequentemente de endereço e já funciona há
93 aproximadamente um ano. O Pastor Charles se mostrou indignado pelo fato de o estado
94 notar a existência antes do município. A Sra. Elaine salientou que o ECA estabelece
95 diretrizes para este tipo de equipamento, que não estão sendo seguidas. A Sra. Marcela e
96 demais participantes concordaram que a Comissão de Registro de Entidade deve realizar
97 uma visita o mais breve possível para orientar a regulamentar a situação e o Conselho
98 deve visualizar a documentação e comunicar ao Ministério Público do Estado sugerindo o
99 fechamento imediato, bem como encaminhar para os demais setores responsáveis. A
100 Sra. Érica questionou caso o local feche, para onde encaminhariam as crianças que lá
101 frequentam, em resposta a Sra. Vanessa respondeu que a escola é responsável, foi
102 questionado novamente que há casos no Conselho Tutelar de crianças que não
103 conseguem vagas no período integral e tiveram como resposta que é ofertado as vagas e
104 que é comum os pais buscarem creches pelo horário ser mais cômodo. Foi deliberado
105 que a Comissão de Registro de Entidades faça uma visita para analisar o caso. **Informes**



106 **gerais:** 1. A Sra. Marcela mencionou um ofício enviado pela Juíza Eleitoral comunicando
107 que a Eleição do Conselho Tutelar seja feita após as Eleições Municipais, mas que seja
108 adiantado a composição da comissão e demais trâmites para o processo. 2. O Sr.
109 Maxwell está afastado das atividades deste conselho por razões eleitorais, dessa forma
110 não se teve uma resposta direta da Secretaria da Saúde, a Sra. Elaine propôs enviar mais
111 um ofício solicitando a reativação do Conselho Antidrogas. 3. A Sra. Glêmia leu
112 mensagem elaborada pelo Sr. Maxwell em resposta: “Em conversa com a equipe da
113 SEMED, concluímos que o melhor caminho é uma pesquisa direcionada aos alunos e
114 outra direcionada para as equipes das escolas, o formulário será disponibilizado por meio
115 digital (google forms) e será divulgado nas escolas. Ele foi criado abordando tanto a
116 questão da utilização de substâncias psicoativas quanto adoecimento psíquico/emocional.
117 Iremos confrontar a quantidade de formulários preenchidos por quantidade de alunos de
118 cada escola para definir qual a amostra da pesquisa, a partir desses dados mais os dados
119 apurados nos questionários, será elaborado o plano de ação a ser implementado. O início
120 da aplicação é após o retorno das férias haja vista o curto tempo de que dispomos.” Em
121 seguida a Sra. Marcela encerrou a reunião. Nada mais havendo a ser discutido, eu,
122 Lorena Rodrigues, encerro a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelas
123 (os) participantes:

124 Glêmia Ferreira da Silva _____
125 Aline de Souza Neri _____
126 Claudia Ursini Queiroga _____
127 Lorena Rodrigues Vasconcelos de Paula _____
128 Márcia Miliane Teófilo _____
129 Erika de Almeida _____
130 Virlane Sofia Salomão _____
131 Marcela Cristina Viana _____
132 Vanessa Corrêa Borges _____
133 Maria Teresa Curátola _____
134 Janice Salomão de Andrade _____
135 Elaine Alves Butilheiro _____
136 Natália Gomes _____
137 Marília Deibert de Freitas _____



CMDCA LAGOA SANTA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lei Municipal Nº 3728/2015 e Lei Federal Nº 8.069/1990

138 Thauanny Priscila Ribeiro_____

139 Charles Ribeiro_____